



Participativo

2016 - 2019

ORIENTAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO
DO PPA BAHIA 2016-2019

PPA Participativo Bahia 2016-2019

O Plano Plurianual Anual (PPA) é o instrumento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, considerando as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada.

O Governo do Estado da Bahia entende que o PPA deve se configurar como um documento político, pactuado e utilizado estrategicamente por todas as instâncias e, seguindo o objetivo de fortalecer a sinergia para o PPA. Suas principais diretrizes norteadoras são:

- Fortalecimento da dimensão estratégica;
- Fortalecimento da dimensão territorial;
- Fortalecimento como instrumento da articulação setorial;
- Aproximação com os planos setoriais e sistemas estaduais;
- Ampliação da participação social no planejamento.

Objetivos PPA 2016 – 2019:

- Ser o principal instrumento da gestão estratégica do estado;
- Fornecer elementos para a tomada de decisão;
- Possibilitar o acompanhamento das políticas estratégicas.

2

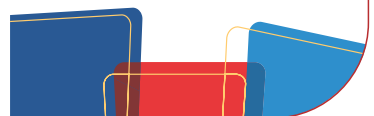
Modelo do PPA 2016-2019

O PPA Participativo Bahia 2016-2019 consolida-se como instrumento de planejamento, pois fortalece o processo de elaboração, com dedicação especial a construção da dimensão estratégica, o fluxo de elaboração dos Programas e resultado da participação social como etapa que antecede a elaboração dos atributos do programa.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PPA 2016 - 2019

O PPA é um documento técnico e político, configurando-se como o principal instrumento da gestão estratégica do estado. Dessa forma, afasta-se de uma peça técnica e orçamentária, ou mesmo um documento burocrático, para cumprir um requisito legal de imposição dos órgãos de controle.

De forma conceitual a elaboração da base estratégica é orientada por meio das diretrizes estabelecidas no plano de governo, seguida do levantamento e organização de informações para análise da situação atual do Estado em seus aspectos econômico, social, ambiental e demográfico.



Elementos para a construção das Diretrizes Estratégicas

- Cenários Prospectivos;
- Relatórios de Monitoramento e Avaliação do PPA vigente;
- Programa de Governo Participativo.



Figura 1: Elementos para a construção da base estratégica

Atributos da dimensão estratégica do PPA 2016-2019

- **Questões Norteadoras:** perguntas no âmbito da estratégia de Estado, levantando desafios, que resultam em Diretrizes e Temas Estratégicos, levando em consideração os cenários (limites e possibilidades) e propostas de governo (cenário desejado);
- **Diretriz Estratégica:** Definições e Objetivos do governo em face de uma questão estratégica definida pelo programa eleito, avaliação do PPA anterior, políticas setoriais e os cenários prospectivos do estado. As diretrizes estratégicas orientam a formulação dos componentes da Matriz Programática;
- **Eixo:** Macro Área estratégica de organização do governo;
- **Temas Estratégicos:** Refletem as áreas estratégicas de atuação do estado definidas nas diretrizes, devem orientar a atuação dos programas;
- **Indicadores Estratégicos:** Permitem identificar e aferir aspectos relacionados ao tema estratégicos e devem ter um nível maior de agregação do que o Indicador de Programa;

- **Programa:** Programas de Governo que objetivam as ações do estado para a atuação estratégica.

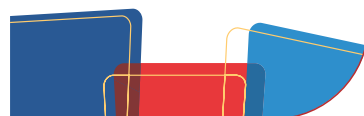


4

Figura 2: Representação dos Elementos do Ciclo Estratégico

Matriz Programática e Dimensão Estratégica

A Matriz Programática organizada de forma transversal (Figura 3 e 4) se difere da realizada no PPA 2012-2015, onde cada Programa tinha origem em apenas uma área temática. Para o PPA 2016-2019 os Temas Estratégicos devem clarificar a visão estratégica do governo sobre um tema, não sendo apenas reflexo de uma setorial, mas de um Tema Estratégico para o Estado. Dessa forma, deixamos de lado a Área Temática, para vincular os Programas de Governo aos temas quais suas ações terão impacto. Tal mudança busca ainda revelar o caráter transversal dos Programas.



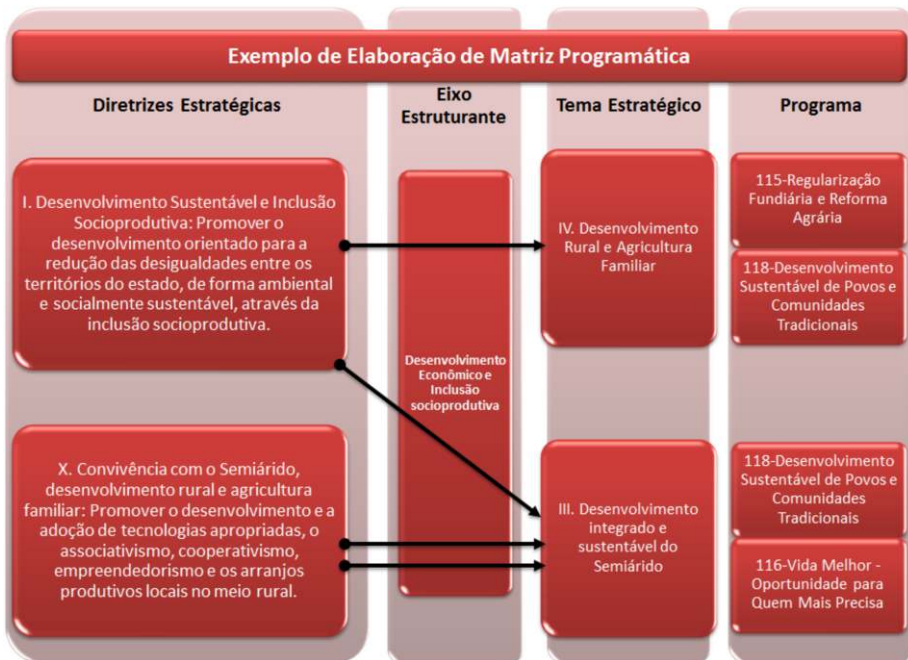


Figura 3 : Exemplo Construção de Matriz Programática

Elaboração dos Programas do PPA 2016 - 2019

A definição da dimensão estratégica orienta as setoriais na formulação de programas e na definição de compromissos, onde devem ser atribuídos aos responsáveis (setoriais) e metas a serem realizados no âmbito dos programas.

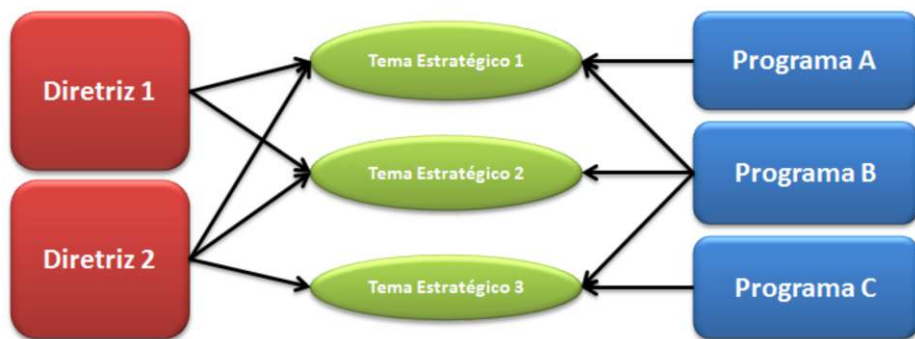
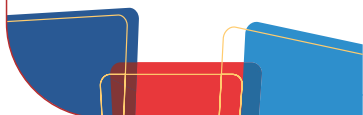


Figura 4: Relacionamento da Matriz Programática



Como fazer?

O fluxo de elaboração do programa envolve tanto a equipe SEPLAN quanto os representantes das setoriais, que estarão em intenso diálogo durante todo o processo. Para melhor exemplificação deste processo, segue detalhamento do mesmo:

- I. Formatação da rede de interlocutores e representantes das setoriais e demais órgãos envolvidos na elaboração do PPA;
- II. Mesas temáticas de discussão dos Temas e Programas;
- III. Cadastramento dos compromissos dos Programas no FIPLAN com estimativa de custo;
- IV. Crítica do Grupo Técnico da SEPLAN;
- V. Ajuste dos compromissos (aderência e valores);
- VI. Consolidação das propostas para o PPA;

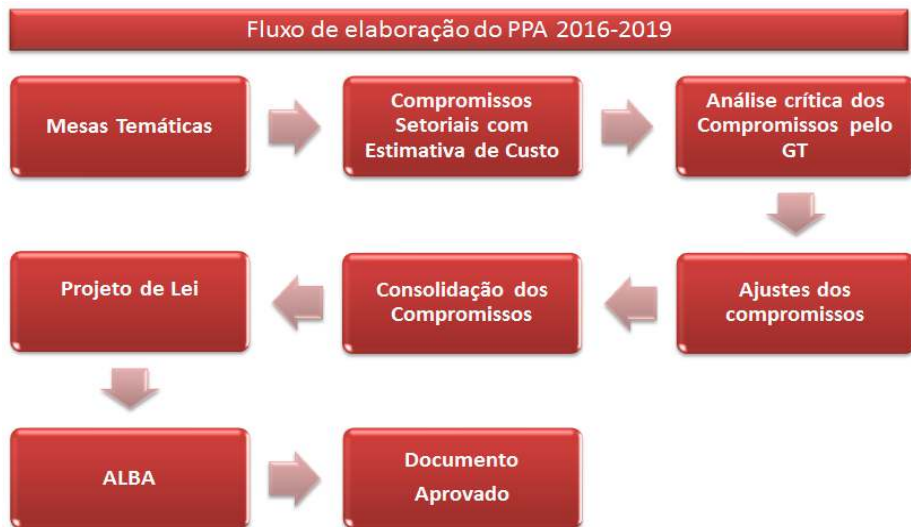
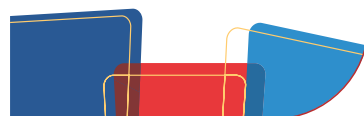


Figura 5: Fluxo de Elaboração dos Programas e seus Compromissos

ESTRUTURA DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Os programas temáticos possuem como referência a dimensão estratégica do plano, e deve orientar a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade, cujo foco é a viabilização dos resultados convergentes com os objetivos do plano de governo. No estado da Bahia a formulação inicial do Programa é proposta pela SEPLAN.



Atributos dos Programas Temáticos

- **Ementas** (enfoques estratégicos) - Expressa o conjunto de objetivos que se deseja alcançar com as ações desenvolvidas no âmbito do programa.
- **Indicadores** - Permitem identificar e aferir aspectos relacionados ao objetivo do Programa, explícito em sua ementa. Deve auxiliar o monitoramento da evolução de uma determinada realidade. A definição dos indicadores deve ter a participação dos órgãos de pesquisa e monitoramento.

O **Programa** tem como seu componente estrutural, que lhe dá conteúdo e forma, o **Compromisso**, com as seguintes especificações



Figura 6: Representação dos Programas e seus elementos

COMPROMISSO: Descreve um objetivo a ser cumprido pelo órgão responsável, de um bem/serviço, e possui como atributos: órgão responsável, meta (global e regionalizada e iniciativa)

- Órgão Responsável: órgão setorial proponente e responsável no compromisso pela articulação e cadastramento dos seus atributos;
- Os compromissos podem ser compostos por metas e iniciativas de setoriais diferentes

São de três tipos:

- Compromisso para a disponibilização ou aperfeiçoamento de bens ou serviços;
- Compromisso de articulação, fomento e apoios às políticas públicas;
- Compromisso para gerir ou manter em funcionamento bens ou serviços fins já disponibilizados. Observação: Embora previsto inicialmente, não foi implementado no PPA 2012-15 esse tipo de Compromisso.

META DO COMPROMISSO - Deve expressar uma meta que seja estratégica para o cumprimento do compromisso, sendo a medida do alcance do compromisso.

Características:

- Deve ser definida com base em parâmetros e evidências (indicador do compromisso) que permitam monitoramento e análise de dados;
- A meta deve refletir de forma objetiva o resultado do esforço realizado pelo Estado;
- Estipula uma unidade e uma medida a ser alcançada;
- Associa-se a iniciativas para a realização da meta estipulada;
- Deve ser desdobrada por região (Territórios de Identidade);

8

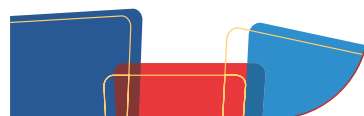
INICIATIVA – Expressa o conjunto de ações que devem ser executadas para a concretização dos bens e serviços vinculados a meta.

- Criam bases para a gestão estratégica do orçamento por meio do gerenciamento das entregas vinculadas às ações orçamentárias.

ESCUA SOCIAL NO PPA PARTICIPATIVO 2016-2019

Contando com ampla participação social e após dois Planos Plurianuais Participativos, a Bahia parte agora para o seu **terceiro**, dando continuidade ao projeto de aprofundamento da democracia e estabelecimento da participação social como elemento indispensável à gestão pública estadual. Cabe ressaltar, que a Bahia é o único estado da nossa Federação a chegar a esta marca.

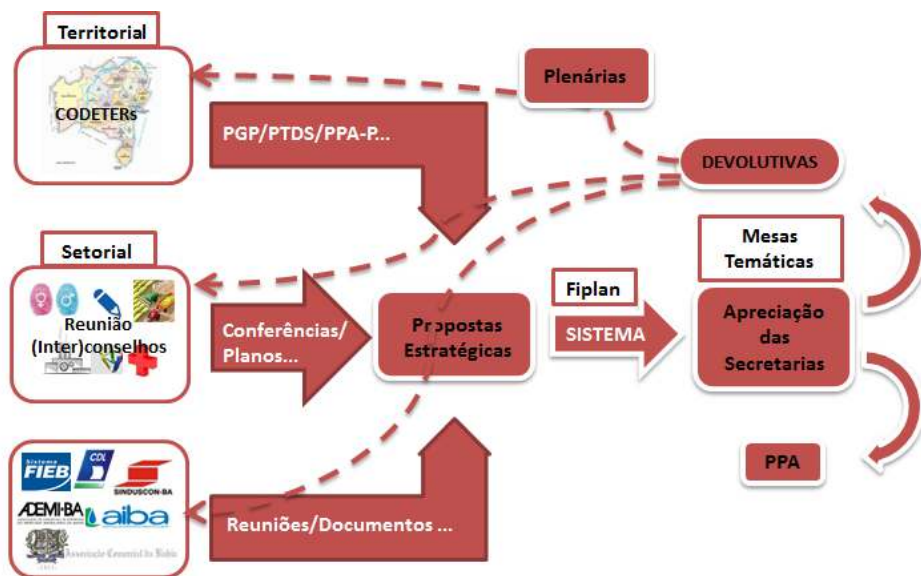
Em todos os PPA Participativos, destaca-se a importância da adoção dos Territórios de Identidade – TI como unidade de planejamento e de base sociopolítica da escuta do PPA. Os TI são um grande avanço para o planejamento público na Bahia, pois revela e considera toda a diversidade



existente em suas múltiplas dimensões: cultural, ambiental, econômica e social, além de capturar o sentimento de pertencimento da população àquela região. Desta forma, se estabelece um novo paradigma na formulação das políticas públicas: em vez de o Governo planejar para a sociedade, este planeja com a sociedade. E para tanto, é preciso respeitar a organização espacial que a população se sente pertencer e naturalmente estabelece seus vínculos e interrelações. O objetivo é formular políticas públicas mais afins às necessidades de cada região, garantindo assim uma maior efetividade.

A cada PPA há o aprimoramento do seu processo de escuta social. Desta forma, para o PPA 2016-2019, buscou-se introduzir novos arranjos e instrumentos para qualificar ainda mais este processo.

O Fluxo a seguir sistematiza todo o processo de escuta social do PPA Participativo 2016-2019.



Apreciando o fluxo, destacamos os avanços e processos da nova metodologia:

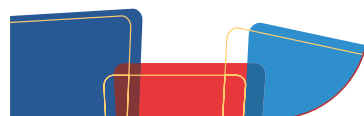
- Ampliação da escuta social para duas dimensões: a territorial e a setorial (antes era apenas territorial). A territorial envolverá a participação dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial – CODETER de cada TI. A setorial ocorrerá através da participação dos

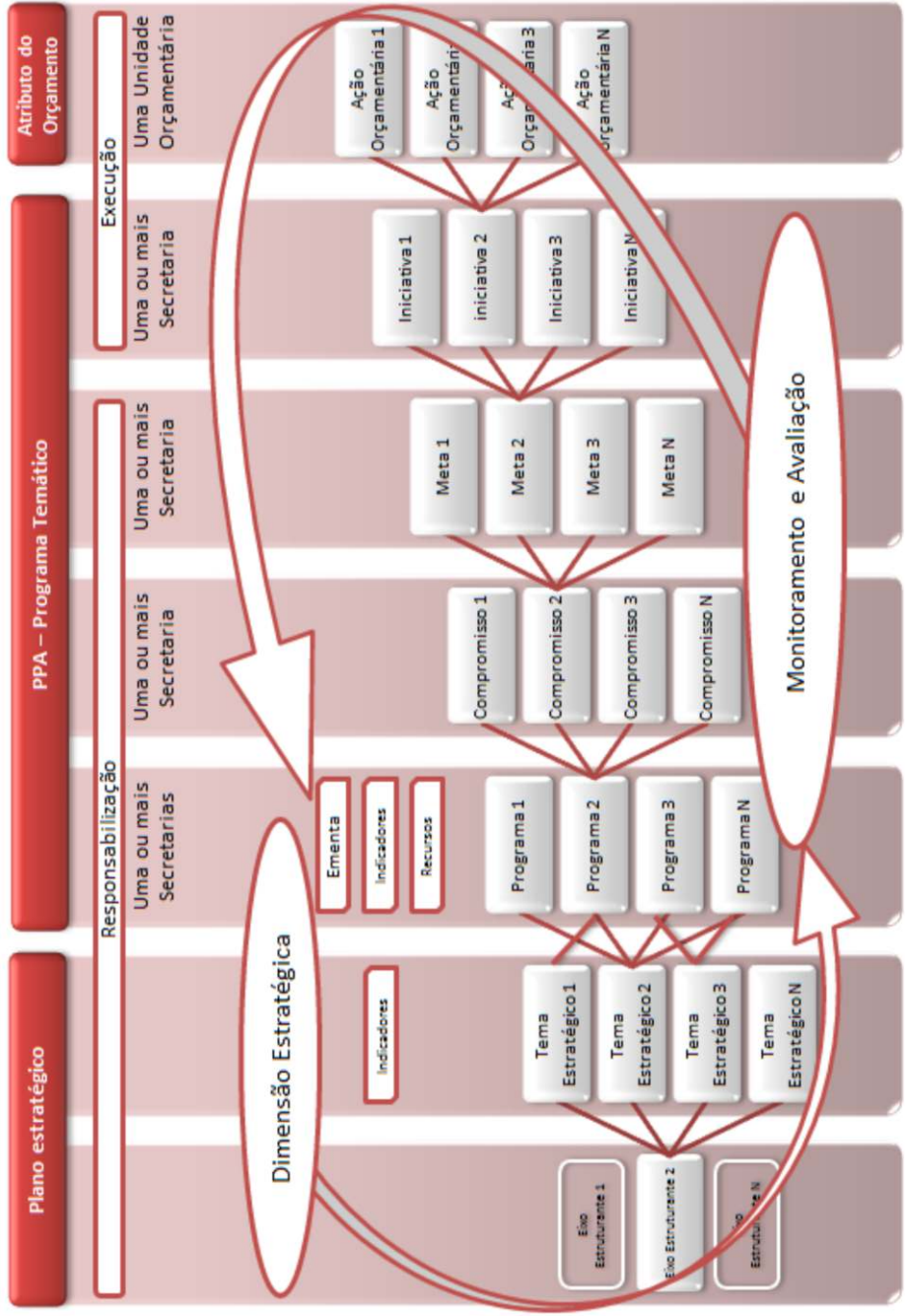
Conselhos Estaduais vinculados às políticas públicas (educação, saúde, segurança pública, segurança alimentar, etc) e de reuniões com entidades representativas do setor produtivo (indústria, comércio, serviços, agronegócio, agricultura familiar, turismo e construção civil).

- Os Conselhos Estaduais se reunirão conjuntamente para discutir temas transversais.
- As propostas históricas elaboradas pelos CODETER, Conselhos Estaduais e entidades do setor produtivo serão sistematizadas para a formulação de Propostas Estratégicas.
- As Propostas Estratégicas serão inseridas no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Governo do Estado da Bahia – FIPLAN para que as Secretarias possam utilizá-las como insumos para a formulação dos Programas, Compromissos e Metas do PPA.
- As Secretarias utilizarão Propostas advindas das escutas para formular os seus Compromissos e Metas do PPA e através da associação com as propostas será possível a emissão de relatórios sobre o seu aproveitamento na formulação do PPA e futura execução dos programas através do monitoramento das Leis Orçamentárias Anuais – LOAs: devolutivas.
- O Governo Estadual vai enviar para as entidades participantes do processo estas devolutivas e realizar plenárias territoriais para apresentar nos 27 as suas metas para os próximos 4 anos em cada um deles.

Ressaltamos, no âmbito da Lei 13.214/14 que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, a criação do Comitê de Acompanhamento do PPA – CAPP, vinculado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER, com a finalidade de acompanhar a execução do PPA, LDO e LOA.

Com tudo isso, espera-se que o processo de escuta social do PPA Participativo 2016-2019 consiga avançar ainda mais que os últimos, garantindo uma maior efetividade deste processo. Ademais, para além da formulação do PPA, esta nova metodologia deve qualificar todo o processo de gestão participativa e democrática implementada pelo Governo do Estado da Bahia nos últimos anos.





BAHIA 
GOVERNO DO ESTADO
TERRA-MÃE DO BRASIL

